

REQUERIMENTO Nº , DE 2020**(Do Sr. BOSCO COSTA)**

Requer a desapensação do Projeto de Lei Complementar nº 225, de 2019, que tramita apensado ao Projeto de Lei Complementar nº 90, de 2019.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 139 e 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a desapensação do Projeto de Lei Complementar nº 225, de 2019, de minha autoria, do Projeto de Lei Complementar nº 90, de 2019, em discussão na Comissão de Finanças e Tributação-CFT, pois essas proposições tratam de matérias com correlação muito fraca, o que dificultará a discussão em conjunto.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 225, de 2019, dispõe sobre a regulamentação do regime monofásico e unificado de recolhimento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICMS) incidente sobre combustíveis, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Por sua vez, o PLP nº 90, de 2019, ao qual ele foi apensado, trata do quórum de votação para a concessão de benefícios fiscais do ICMS no CONFAZ.

A nosso ver, a apensação dos dois projetos não atendeu aos requisitos do art. 142 do Regimento Interno desta Casa, que exige que as duas proposições a serem apensadas regulem matéria idêntica ou correlata. Ora, o único ponto em comum entre os dois projetos de lei complementar está em que ambos buscam alterar o quórum de votação no CONFAZ previsto na Lei

Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975. Mas os objetivos das votações em cada proposição são absolutamente diversos. Enquanto o PLP nº 90, de 2019, versa sobre a decisão sobre a concessão de benefícios fiscais de ICMS em geral, o PLP nº 225, de 2019, cuida da decisão sobre a definição de alíquotas e demais regras aplicáveis à tributação monofásica de combustíveis de que trata o art. 155, § 2º, XII, h, e § 4º da Constituição Federal, sem qualquer referência a benefícios fiscais.

Seguramente, o objetivo do art. 142 do Regimento é o de facilitar o processo legislativo com a tramitação conjunta de proposições semelhantes. Já a apensação em debate prejudicará a discussão e praticamente inviabilizará a elaboração de um substitutivo ao agregar matérias muito diferentes, cada uma com peculiaridades e complexidades que exigem palcos de discussão separados.

Por essas razões, solicitamos a Vossa Excelência a desapensação do Projeto de Lei Complementar nº 225, de 2019, de minha autoria, do Projeto de Lei Complementar nº 90, de 2019.

Sala da Comissão, em de de 2020.

Deputado BOSCO COSTA